A segurança alimentar e nutricional na África e Ásia-Pacífico: contexto histórico e respostas das conferências regionais

La seguridad alimentaria y nutricional en África y Asia-Pacífico: contexto histórico y respuestas de las conferencias regionales

Food and Nutrition Security in Africa and the Asia-Pacific: Historical Context and Responses from Regional Conferences

Eduardo Nilson e Denise Oliveira e Silva

Resumo. Nesse informe, buscamos analisar brevemente a situação atual e as raízes históricas que marcaram a (in)segurança alimentar e nutricional nas regiões da África e da Ásia-Pacífico, junto com as respostas e compromissos trazidos nas conferências regionais da FAO nessas regiões que ocorreram em abril de 2026.

Palavras-chave: Segurança alimentar e nutricional; África; Ásia-Pacífico

Resumen. *En este informe buscamos analizar brevemente la situación actual y las raíces históricas que han marcado la (in)seguridad alimentaria y nutricional en las regiones de África y Asia-Pacífico, junto con las respuestas y compromisos presentados en las conferencias regionales de la FAO en dichas regiones, celebradas en abril de 2026.*

Palabras clave: *Seguridad alimentaria y nutricional; África; Asia-Pacífico.*

Abstract. *This report aims to briefly analyze the current situation and the historical roots that have shaped food and nutrition (in)security in the regions of Africa and the Asia-Pacific, together with the responses and commitments presented at the FAO regional conferences in these regions held in April 2026.*

Keywords: *Food and nutrition security; Africa; Asia-Pacific.*

A segurança alimentar e nutricional global enfrenta desafios sem precedentes em 2026, agravados por choques climáticos, conflitos geopolíticos e disrupções econômicas persistentes, que elevaram o número de pessoas subnutridas para cerca de 783 milhões em 2024, segundo o Relatório SOFI 2025 (1). Na África, mais de 307 milhões de indivíduos, correspondendo a cerca de 20% da população continental, experimentam fome crônica, com projeções indicando que, sem intervenções urgentes, quase 60% da subnutrição global estará concentrada no continente até 2030. Olhando para outras regiões, a América Latina e o Caribe avançaram na redução da fome devido a inflação alimentar e desigualdades no período pós pandemia, enquanto a Ásia-Pacífico, apesar de produzir 54% da agricultura e pescados globais, abriga a maioria das pessoas em insegurança alimentar, além de elevados custos das dietas saudáveis.

Ainda segundo o relatório SOFI, o acesso a dietas saudáveis também regrediu, com 2,60 bilhões de pessoas (31,9% da população global) incapazes de arcar com o custo mínimo em 2024, queda de 2,76 bilhões em 2019 graças a políticas compensatórias em alguns países, mas

agravado na África e nações de baixa renda por desigualdades de gênero e rurais. O preço de uma alimentação saudável escalou para USD 4,46 por pessoa/dia (em paridade de poder de compra), alta de 3,7% ante USD 4,30 em 2023 e 42% desde 2017, com frutas, vegetais e alimentos minimamente processados (pilares nutricionais) sendo os mais caros por caloria, enquanto ultraprocessados baratos invadem dietas pobres, elevando riscos de obesidade e doenças crônicas não-transmissíveis (DCNTs). Exemplificando o impacto da inflação de alimentos, um aumento de 10% nos preços alimentares impulsiona 3,5% a insegurança alimentar moderada/severa e 1,8% a fome severa, impactando desproporcionalmente mulheres e pequenos agricultores.

Nesse contexto, o presente informe examina as raízes históricas e as manifestações contemporâneas da insegurança alimentar e nutricional na África e na Ásia-Pacífico, com ênfase nos legados estruturais do colonialismo, do racismo alimentar e dos sistemas agrários impostos durante o período colonial. A partir de uma revisão aprofundada da literatura e de dados recentes da FAO, o documento demonstra como o comércio transatlântico de africanos escravizados, a escravidão racializada e a subsequente reorganização das economias locais em função da exportação de monoculturas desestruturaram sistemas alimentares tradicionalmente diversos e resilientes, substituindo-os por modelos dependentes de commodities e vulneráveis a choques externos.

Paralelamente, analisa-se como esses processos históricos engendraram desigualdades persistentes no acesso à terra, à água e aos recursos produtivos, consolidando hierarquias raciais e de classe que ainda hoje explicam a maior prevalência de fome, desnutrição e obesidade entre populações rurais, negras e indígenas. Conceitos como “colonialismo alimentar” e “racismo alimentar” são mobilizados para compreender a imposição de dietas ocidentalizadas e ultraprocessadas, que coexistem com a persistência da subalimentação crônica, configurando o quadro de dupla carga da má nutrição observado em ambas as regiões.

Ademais, o relatório aborda os impactos agravantes das mudanças climáticas e dos conflitos atuais, incluindo a guerra na Ucrânia e as tensões no Oriente Médio, sobre a segurança alimentar e nutricional na África e Ásia-Pacífico, particularmente sobre considerando as vulnerabilidades de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e das zonas do Sahel, Chifre da África e Sudeste Asiático. A análise evidencia como a dependência estrutural de importações de cereais e fertilizantes, herdada do período colonial, amplifica os efeitos de perturbações nas cadeias logísticas e de elevação dos preços globais, aprofundando crises humanitárias já severas.

Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) exerce papel central como agência especializada das Nações Unidas, alinhando ações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 2 (Fome Zero), por meio do Quadro Estratégico 2022-2031, que prioriza “quatro melhores” (*"four betters"*): melhor produção, melhor nutrição, melhor ambiente e melhor vida. O site da FAO detalha, ainda, iniciativas como *Hand-in-Hand* (HiHI), que mobiliza investimentos para sistemas agroalimentares resilientes, e *One Country One Priority Product* (OCOP), promovendo cadeias de valor inclusivas.

Complementando, o Relatório HLPE-FSN 2025 sobre sistemas agroalimentares sustentáveis enfatiza a necessidade de políticas sensíveis à nutrição que abordem determinantes sociais da saúde, como acesso a solos degradados (65% na África) e escassez hídrica afetando um terço da população africana (2).

Por fim, o documento sintetiza os debates e encaminhamentos das mais recentes Conferências Regionais da FAO para a África (ARC34, Nouakchott, 2026) e para a Ásia e Pacífico (APRC38, Brunei, 2026), destacando as estratégias propostas para a transformação dos sistemas agroalimentares, como a Declaração de Kampala do CAADP, a Iniciativa Hand in Hand, e o fortalecimento do comércio intra-regional. Ao conectar a análise histórica às respostas políticas contemporâneas, este relatório visa subsidiar a formulação de intervenções estruturantes que rompam com o ciclo de vulnerabilidade e promovam soberania alimentar, resiliência climática e reparação histórica nos territórios afetados.

Raízes históricas da insegurança alimentar e nutricional na África e Ásia-Pacífico

O colonialismo e o racismo tiveram papel central na configuração histórica da insegurança alimentar e nutricional em muitos países africanos, reorganizando sistemas agrários, desconectando populações de suas dietas tradicionais e estruturando desigualdades que persistem até hoje. Essas heranças são hoje lidas também à luz de conceitos como "colonialismo alimentar" e "racismo alimentar", que mostram como pobres, negros e comunidades rurais permanecem mais vulneráveis à fome e à má nutrição (3)(4)(5).

O comércio transatlântico de africanos escravizados e a escravidão racializada como propriedade móvel (*chattel enslavement*) minaram profundamente a segurança alimentar e nutricional em África, ao despovoar regiões produtivas, militarizar economias em torno da caça ao escravo e distorcer os sistemas agrícolas locais em favor de um comércio orientado para a exportação, em detrimento de uma subsistência equilibrada.

O processo de despovoamento e perda de mão de obra ocorreu por meio da escravização em larga escala mediante guerras, raides e sequestros, removendo milhões de adultos jovens e fisicamente aptos das comunidades africanas, especialmente na África Ocidental e Central. Essa perda de força de trabalho produtiva reduziu a capacidade de cultivar os campos, manter pousios e gerir sistemas agrícolas diversificados, enfraquecendo assim a produção local de alimentos e a resiliência a secas e fomes.

A militarização e a ruptura dos sistemas alimentares advieram do fato de o tráfico de escravizados incentivar a guerra e as investidas constantes, que destruíram aldeias, deslocaram populações camponesas e converteram o uso da terra para zonas de fronteira e assentamentos defensivos, em vez de agricultura de longo prazo. Como resultado, muitas comunidades passaram a cultivar espécies de ciclo curto e avessas ao risco, reduzindo o investimento em práticas de construção de solos, o que corroeu tanto a diversidade nutricional quanto a produtividade sustentada.

Paralelamente, nas regiões costeiras e ribeirinhas, houve um empurrão para a agricultura comercial, representada pela produção de cereais, oleaginosas e outras mercadorias destinadas a abastecer os navios negreiros e os comerciantes europeus, em vez da agricultura diversificada de subsistência. Essa reorientação favoreceu culturas básicas densamente calóricas, porém muitas vezes monótonas (como sorgo e milheto), e produtos exportáveis, o que estreitou as dietas locais e reduziu a disponibilidade de vegetais, leguminosas e proteína animal ricos em nutrientes para o consumo interno.

A reestruturação social e política resultante do tráfico e da escravidão racializada reorganizou as sociedades políticas africanas, privilegiando elites militarizadas que lucravam com os cativos em detrimento daquelas que investiam em comunidades estáveis e seguras do ponto de vista alimentar. Essas mudanças consolidaram o acesso desigual à terra e aos recursos no

interior das sociedades, criando as bases para padrões posteriores, coloniais e pós-coloniais, de insegurança alimentar ao longo de linhas raciais e de classe.

O tráfico atlântico de escravizados e a escravidão racializada como propriedade móvel não se limitaram a extrair pessoas; eles reestruturaram os sistemas alimentares, as dietas e as relações sociais africanas de modo a corroer a segurança nutricional de longo prazo, deixando legados duradouros nos padrões atuais de desnutrição e acesso desigual aos alimentos.

Em uma recente resposta global a esses crimes contra a humanidade e possível caminho para uma reparação histórica, em 25 de março de 2026, a Assembleia Geral da ONU adotou uma resolução declarando o comércio transatlântico de africanos escravizados e a escravidão racializada como propriedade móvel um "crime gravíssimo contra a humanidade". Liderada pelo Gana, a resolução foi aprovada com 123 votos a favor, contudo teve três contra (Argentina, Israel, Estados Unidos) e 52 abstenções (em grande parte países europeus).

No tocante à transformação dos sistemas agrários africanos, durante o período colonial, as potências europeias reorganizaram a agricultura africana para servir à economia de exportação, em vez da subsistência local. Cultivos tradicionais de arroz, milho, sorgo, feijões e outros alimentos básicos foram substituídos por monoculturas voltadas à exportação, como amendoim, algodão, café e cacau, reduzindo a capacidade de produção de alimentos para consumo interno. Em muitos casos, isso levou à necessidade de importar cereais para alimentar a própria população, criando dependência externa e aumentando a vulnerabilidade a choques de preço e clima.

A colonização envolveu a concentração de terras férteis em mãos de empresas europeias e de elites locais colaboradoras, enquanto populações camponesas e indígenas eram empurradas para áreas marginais, de menor produtividade. Ao mesmo tempo, a exploração intensiva de recursos naturais e a retirada de matéria-prima e mão de obra jovem (incluindo a escravidão e o trabalho forçado) desestruturaram economias locais e reduziram a capacidade de investimento em agricultura e infraestrutura de base. Essa configuração territorial e econômica persiste em muitos países africanos, mantendo altos níveis de pobreza rural e limitando o acesso de populações à terra produtiva e à água para irrigação.

O colonialismo não apenas remodelou a produção, mas também a cultura alimentar, ao introduzir padrões de consumo e dietas baseadas em alimentos industrializados e proteínas de origem animal, muitas vezes menos acessíveis e mais caros para a maioria da população. Autores falam em "colonialismo alimentar" para descrever a imposição de modelos alimentares externos, que desvalorizam saberes locais, práticas de agroecologia e alimentos tradicionais, ao mesmo tempo que favorecem cadeias globais de ultraprocessados e *commodities* exportáveis. Em contextos africanos, isso contribuiu para dietas desequilibradas, com menor diversidade de vegetais e cereais locais e maior dependência de alimentos importados ou industrializados, o que tem impacto direto sobre nutrição e saúde pública (3)(5).

O racismo ainda está ligado a desigualdades estruturais na alimentação, pois a hierarquização racial imposta pelo colonialismo organizou sociedades em que negros e grupos indígenas foram relegados a posições de menor acesso a recursos, território e direitos políticos e econômicos. Essa estrutura racista se perpetua no pós-colonial, expressando-se em indicadores de insegurança alimentar: populações negras e rurais, em geral, apresentam maior prevalência de fome, subnutrição infantil e anemia do que grupos mais favorecidos socialmente. Estudos sobre racismo alimentar mostram que a discriminação estrutural afeta diretamente o

poder de compra, o acesso à terra, à água e a políticas públicas de segurança alimentar, ampliando as desigualdades de saúde entre grupos raciais (3).

Esse histórico se liga à situação presente por meio da persistência de crises alimentares contemporâneas. A herança colonial e racista ajuda a explicar por que a África continua com alguns dos mais altos índices de insegurança alimentar aguda do mundo, especialmente em regiões como o Corno de África e o Sudão. Embora fatores climáticos, conflitos e má governança sejam imediatos, eles operam sobre estruturas profundamente marcadas pela colonização: dependência de exportações de poucas culturas, baixa industrialização agrícola, concentração de terras e limitação de acesso de camponeses e pequenos produtores a crédito e tecnologias. Pesquisas em países africanos, como o caso de Cabo Verde, mostram que a própria estrutura colonial, incluindo tráfico negreiro, morgadios (heranças de terras) e exclusão social, estabeleceu uma base de insegurança alimentar e nutricional que perdura nos padrões de distribuição de renda, saúde e acesso à alimentação adequada (5).

Várias monoculturas coloniais impostas na África contribuíram diretamente para episódios de fome ao substituírem cultivos alimentares de subsistência por cultivos de exportação. A seguir estão exemplos concretos, com contextos históricos breves:

1. Algodão no norte da Nigéria

Durante o período colonial britânico, o governo obrigou comunidades do norte da Nigéria a abandonar o cultivo de inhame e outros alimentos de subsistência para plantar algodão voltado à exportação.

2. Milho para exportação em Nyasaland (atual Malawi)

Na colônia britânica de Nyasaland, o milho passou a ser cultivado massivamente como produto de exportação, enquanto a população local foi obrigada a vender parte da colheita para atender à demanda externa.

3. Cacau na Costa do Ouro (Gana colonial)

Na Costa do Ouro (atual Gana), o cacau tornou-se a principal monocultura colonial, incentivada por políticas britânicas que priorizavam a receita de exportação. A concentração de terra e trabalho em fazendas de cacau reduziu o espaço para cultivos de subsistência, como milho, sorgo e feijões, contribuindo para episódios de desnutrição e fome em períodos de queda de renda ou seca.

4. Amendoim no Senegal e na Gâmbia

Na África Ocidental, especialmente no Senegal colonial francês e na Gâmbia, o amendoim foi imposto como monocultura de exportação, substituindo cultivos de cereais tradicionais (como milheto e sorgo). A reorganização da terra em torno do amendoim, em conjunto com impostos pagos em dinheiro, pressionou os camponeses a vender a maior parte da produção, reduzindo a disponibilidade de alimentos para consumo local e aumentando a vulnerabilidade a fomes em tempos de seca.

5. Mandioca “obrigatória” em Ruanda-Urundi

No Ruanda-Urundi (colônia belga, atual Ruanda e Burundi), autoridades coloniais impuseram o cultivo de mandioca em terras pobres, como forma de atender a requisitos de

produção e tributos, contribuindo para a degradação de terras adequadas ao cultivo de alimentos diversificados e a insegurança alimentar e nutricional das comunidades

6. Café e algodão no Sudão colonial

Na colônia britânica do Sudão, o algodão foi promovido como monocultura de exportação em grandes projetos irrigados, enquanto o café se tornou importante em outras áreas. Essas culturas ocuparam terras que antes eram usadas para milho, sorgo e outros cereais, reduzindo a autonomia alimentar local e aumentando a dependência de importações em períodos de instabilidade econômica ou clima.

O colonialismo também teve efeitos profundos na Ásia e no Pacífico, reorganizando a agricultura, a posse da terra e os padrões alimentares de forma a favorecer a metrópole, reduzindo a soberania alimentar local e agravando a insegurança alimentar e a desnutrição em muitas sociedades. Essas heranças estruturais se combinam hoje com processo de "colonialismo alimentar" (imposição de dietas industrializadas e padrões nutricionais externalizados), que contribui tanto para a persistência da desnutrição quanto para o aumento da obesidade e doenças crônicas.

Potências coloniais como Reino Unido, França, Holanda e Portugal impuseram monoculturas tropicais intensivas (chá, arroz "comercial", café, juta, copra, cana-de-açúcar, algodão, palma) em vastas áreas de Índia, Indochina, Indonésia, Ceilão (Sri Lanka) e partes da Oceania. Essas culturas substituíram sistemas agrários diversificados, baseados em cereais, leguminosas, tubérculos e frutas locais, reduzindo a base de alimentos nutritivos para consumo interno e aumentando a vulnerabilidade a fomes em períodos de crise ou queda de preços.

A colonização envolveu a concentração de terras férteis em mãos de empresas, latifundiários colaboradores e Estados coloniais, enquanto camponeses e povos indígenas foram empurrados para terras marginais ou convertidos em trabalhadores assalariados em plantações. Isso gerou dependência de salários baixos, precariedade no acesso a terra de subsistência e menor capacidade de investir em agricultura familiar, o que, por sua vez, ampliou a pobreza e a insegurança alimentar local.

A substituição de dietas locais diversificadas por monoculturas comercializáveis e, posteriormente, pela introdução de alimentos importados e industrializados alterou a qualidade nutricional das populações. Em muitas áreas da Ásia e do Pacífico, isso se expressa hoje em forma de "dupla carga de má-nutrição": persistência de deficiência de micronutrientes e desnutrição infantil junto com aumento acelerado de obesidade e doenças crônicas em relação ao consumo de alimentos ultraprocessados, açúcares e gorduras vegetais industriais.

Na pós-colonial, muitos países da Ásia e do Pacífico mantêm estruturas agrárias e comerciais moldadas pelo colonialismo, com forte dependência de exportações de poucas culturas e vulnerabilidade a choques de preços e clima. Organismos como a FAO destacam que, apesar de melhorias em alguns subcontinentes, a Ásia e o Pacífico ainda concentram a maior parte das pessoas desnutridas do mundo, o que reflete tanto heranças históricas de colonização quanto padrões contemporâneos de comércio e consumo influenciados por modelos alimentares globais.

A produção de alimentos na África

A produção agrícola na África é dominada por pequenos agricultores, responsáveis por 80% da produção de alimentos básicos, com foco em commodities de exportação como cacau

(90% global de Costa do Marfim e Gana), café, algodão, óleo de palma e tabaco na África Ocidental, e milho, sorgo, mandioca e frutas na África Oriental e Meridional. Alimentos tradicionais, como inhame, milhete e teff na África Oriental, e fonio e sorgo no Sahel, sustentam a subsistência, mas apresentam baixo rendimento devido a solos degradados (65% do continente) e mudanças climáticas. Na África do Norte, grãos como trigo e cevada prevalecem em sistemas irrigados, enquanto a África Austral destaca-se em cana-de-açúcar, milho e frutas cítricas, principalmente na África do Sul.

As subregiões, entretanto, também exibem diferenças: África Ocidental prioriza cacau e borracha (70% do cacau global por 2 milhões de pequenos agricultores), mas enfrenta pragas e desflorestamento; África Oriental foca em café, chá e hortaliças, com mandioca como alimento básico na África Central; África Austral exporta milho (2 milhões de toneladas métricas na África do Sul) e carne, beneficiada por solos férteis. A África do Norte depende de importações de grãos devido a aridez, com produção limitada a tâmaras e olivares. Esses padrões refletem potencial: a África detém 60% das terras aráveis não cultivadas globalmente, mas produtividade é 50-70% inferior à média mundial por falta de insumos e extensão rural.

As necessidades de importações são críticas para cereais (trigo, arroz), que suprem déficits calóricos, com África importando USD 50 bilhões anuais em alimentos processados e fertilizantes, exacerbados por choques como a guerra na Ucrânia. Exportações crescem 4% ao ano (commodities para Europa/Ásia), mas comércio intra-africano é só 15-20% do total agroalimentar, abaixo do potencial da AfCFTA (Área de Livre Comércio Continental Africana), que visa triplicar fluxos regionais via redução de barreiras tarifárias em 90%. África Oriental beneficia de corredores como o Norte (Quênia-Uganda), enquanto Ocidental luta com infraestrutura fraca.

A produção industrial de alimentos, especialmente alimentos ultraprocessados (AUPs), concentra-se em centros como África do Sul, Nigéria, Egito e Quênia, com plantas beneficiando minerais e agrícolas em vinho, óleo de girassol, aço e bebidas açucaradas. AUPs crescem 10-15% ao ano em mercados urbanos, impulsionados por multinacionais (Coca-Cola, Nestlé), representando 30-50% das calorias urbanas, mas elevam obesidade (12% adultos africanos) e DCNTs, contrastando com dietas tradicionais nutritivas.

No continente como um todo, as mulheres pequenas agricultoras, que representam 50% da força rural, enfrentam crédito limitado (2% dos empréstimos bancários). A AfCFTA oferece oportunidades, mas requer harmonização sanitária e logística para elevar o comércio interno de USD 5 bilhões (2024) para USD 20 bilhões até 2030.

As mudanças climáticas têm agravado dramaticamente a insegurança alimentar e nutricional na África, contribuindo para um aumento de 20-40% nos casos de fome em regiões vulneráveis como o Chifre da África e o Sahel, onde secas prolongadas e inundações extremas elevaram a subalimentação para 20,6% da população em 2024 (307 milhões de pessoas), segundo o relatório SOFI 2025 da FAO.

Eventos climáticos extremos, como a pior seca em 40 anos no Chifre da África (Etiópia, Quênia, Somália), destruíram colheitas de milho e sorgo (culturas básicas para 70% da dieta local), impulsionando a desnutrição aguda em até 5 a 7 milhões de crianças e elevando insegurança alimentara cada evento.

Na produção de alimentos, projeções indicam quedas de até 80% em culturas básicas (milho, arroz, sorgo) até 2050 em muitos países, tais como Burundi, Quênia e Etiópia, devido ao

aumento das temperaturas globais, com perdas de lucratividade de 13% na África Ocidental/Central e de até 11% no Leste/Sul/Norte.

Isso amplifica dependência de importações (USD 50 bi/ano em cereais), eleva preços de dietas saudáveis (USD 4,46/pessoa/dia) e tem promovido o acesso a produtos ultraprocessados baratos, piorando os índices de obesidade e outras DCNTs em zonas urbanas.

A produção de alimentos na Ásia e Pacífico

A produção agrícola na Ásia-Pacífico, que responde por 54% da produção global de alimentos e pescados, é liderada por commodities como arroz (China, Índia, Vietnã: 90% global), trigo, milho, soja e óleo de palma (Indonésia/Malásia), além de frutas (manga, banana) e hortaliças em cinturões periurbanos chineses. Alimentos tradicionais incluem painço, sorgo no norte árido da China, arroz glutinoso no Sudeste Asiático e taro e inhame nos Pacífico SIDS (*Small Island Developing States*). Pequenos agricultores dominam (80% da produção), a mas intensificação agrícola em planícies aluviais já sustenta 4,7 bilhões de habitantes.

O perfil das subregiões difere: o Leste Asiático (China, Japão) foca arroz/trigo (China: maior produtor global de arroz, feijão, frutas); o Sudeste Asiático (Vietnã, Tailândia), em arroz, borracha, camarão; o Sul Asiático (Índia, Bangladesh), em arroz/trigo/soja; e o Pacífico (Papua Nova Guiné, Fiji), em coco, inhame e pesca artesanal. Alguns de seus desafios incluem escassez hídrica no Sul (por exemplo, a Índia extrai 90% da água para a agricultura) e solos degradados, como no Delta do Mekong.

Ainda, as importações suprem déficits em grãos e óleos (por exemplo, somente a China importa 100 milhões de toneladas de soja/ano), totalizando USD 300 bi regionais, enquanto exportações (arroz tailandês, óleo de palma indonésio) atingem USD 200 bilhões. Além disso, o comércio intrarregional de alimentos representa 25% das movimentações, impulsionando USD 90 bilhões anualmente (mais do que a UE/NAFTA), mas barreiras não-tarifárias limitam pequenos agricultores.

Enquanto isso, a produção industrial de ultraprocessados explode na região: foi estimado um aumento de até 114,9% nas vendas desses produtos na Ásia-Pacífico no período 2000-2013, liderada por China e Índia (principalmente bebidas e snacks), de modo que já representavam 30-50% das calorias urbanas. Em paralelo, no Pacífico, em particular, as importações de AUPs baratos vem erodindo significativamente dietas tradicionais.

Nessa região, as mudanças climáticas amplificam riscos à SAN. Por exemplo, as inundações no Mekong reduzem arroz em 10-20%/evento (20 mi ha afetados), secas no Sul Asiático comprometem a produção de trigo em 15% e a elevação do nível do mar ameaça SIDS Pacífico (somente em Kiribati, houve perda de 10% terras férteis), elevando insegurança alimentar em até 30-50% e aumentando os preços de dietas saudáveis. As projeções para a região não são animadoras, sendo estimadas reduções na produção agrícola em 5 a 15% até 2050, que devem exacerbar as migrações e a fome.

Dentre os principais desafios subregionais, temos o isolamento e a salinização nas ilhas do Pacífico, com grande dependência de importações (80% dos alimentos), o Sudeste Asiático enfrenta pragas em palma e o sul, superpopulação e escassez de água e, em todas as subregiões, os ultraprocessados exacerbam a dupla carga da má nutrição (a coexistência de fome e obesidade).

Particularmente, os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, estão entre os países que enfrentam vulnerabilidades extremas às mudanças climáticas, agravando sua alta dependência de importações alimentares, que suprem 70-90% das necessidades calóricas em nações como Kiribati, Maldivas e Seicheles. A elevação do nível do mar, projetada em 0,5-1m até 2100, erode até 10-20% das terras férteis costeiras, saliniza aquíferos e solos agrícolas, destruindo culturas tradicionais como taro, coco e inhame, que sustentam 50-80% da produção local em Pacífico e Caribe. Eventos extremos, como ciclones, secas e inundações, estão mais frequentes e mais intensos, reduzindo colheitas em 30-50% por episódio e elevando insegurança alimentar aguda em 20 a 40% (6)(7).

A dependência de importações nesses países é um problema estrutural: os SIDS importam 80-95% de grãos, carnes e óleos, com custos logísticos elevados (de modo que 10 a 20% do PIB são destinados ao frete de produtos, devido a isolamento), tornando dietas saudáveis inacessíveis. Além disso, choques climáticos disparam os preços de produtos preços importados em 20 a 50% (por exemplo, os furacões nas Comores elevaram os preços do arroz em 40%, em 2024), exacerbando a desnutrição (25 a 35% crianças com baixo peso para idade) e a obesidade (afetando 30 a 50% dos adultos). No Pacífico (Fiji, Tonga), a pesca, responsável por 50 a 90% das proteínas da dieta, declinou de 10 a 20% nas últimas décadas por conta da acidificação oceânica e do branqueamento de corais, forçando mais importações de peixes congelados.

Vale destacar que, apesar de terem muitos desafios comuns, mesmo entre os SIDS, as subregiões apresentam algumas diferenças: o Pacífico SIDS (Kiribati, Tuvalu) perde 5 a 10% do PIB/ano com as mudanças climáticas, com a importação de cerca de 90% de seus alimentos e solos limitados (0,1-1 ha/capita).

Os efeitos dos conflitos atuais sobre a SAN nessas regiões

Os conflitos atuais, como a Guerra Rússia-Ucrânia (iniciada em 2022 e persistente em 2026) e a Guerra contra o Irã, têm profundos impactos na segurança alimentar na África, Ásia e Pacífico, exacerbando insegurança crônica via disrupções em combustíveis, grãos, fertilizantes e rotas marítimas.

Especificamente em relação aos impactos da Guerra Rússia-Ucrânia, a África depende de 20-50% de suas importações de trigo, milho e óleos de girassol da Rússia e da Ucrânia, resultando no aumento de 30 a 50% desses alimentos desde 2022, elevando fome para 307 milhões (20,6% população) em 2024 per SOFI 2025. Na Ásia-Pacífico, China e Índia enfrentaram a redução do trigo importado, por meio de seus estoques estratégicos, enquanto o Sudeste Asiático viu aumentos de 15 a 20% nos custos de arroz e milho.

No tocante aos efeitos da Guerra contra o Irã, o bloqueio do Estreito de Ormuz (por onde passam 1/5 do petróleo global e 1/3 dos fertilizantes) força desvios de rotas, elevando frete em 20-40% e os custos de energia e fertilizantes em 30%, ameaçando safras 2026/27 na África (Sahel: -10-15% milhete) e Ásia (Mekong: -5-10% arroz). Além disso, a Rússia suspendeu exportações de fertilizantes por 1 mês (março 2026), priorizando produção local, com Ásia-Pacífico (Índia, Indonésia) e África Oriental mais expostas.

Em termos de impactos regionais, a crise provocou diferentes disrupções conforme a localização geográfica. Na África, a principal disrupção foi a interrupção no fornecimento de trigo e fertilizantes devido ao conflito entre Rússia e Ucrânia, além das tensões no Estreito de Ormuz, resultando em um aumento dos preços dos alimentos entre 30% e 50%. Isso afetou diretamente

mais de 50 milhões de pessoas. Na Ásia, a disrupção concentrou-se nos fertilizantes e no óleo de palma, com elevação de preços entre 15% e 30%, afetando cerca de 100 milhões de indivíduos em situação de insegurança alimentar. Já na região do Pacífico, especificamente nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, a principal disrupção foi nas rotas marítimas e no aumento do frete, o que provocou uma elevação de 40% nos preços dos alimentos, afetando aproximadamente 20 milhões de pessoas, o que corresponde à quase totalidade da população dessas ilhas.

Em relação a essa situação, a própria FAO alerta para o risco de agravamento da fome em populações vulneráveis, principalmente na África e Ásia/Pacífico, apontando como soluções para mitigar o problema, a implementação de estoques regionais, a adoção de compras coletivas e a diversificação da produção, via iniciativas *Hand in Hand* (HiH).

Além dos conflitos externos, os conflitos locais também têm ameaçado a segurança alimentar e nutricional em diversos países africanos. No Sudão, por exemplo, mais de 24,6 milhões de pessoas (cerca de metade da população) enfrentam insegurança alimentar aguda (fases 3-5 da IPC), com 19,1 milhões em risco iminente de fome generalizada, impulsionada por destruição de mercados, bloqueios humanitários e colapso de cadeias de suprimentos em algumas regiões estratégicas. Ademais, ataques a campos agrícolas e deslocamentos de 8 a 10 milhões de pessoas (incluindo 2 milhões para o Chade e Sudão do Sul) elevaram a desnutrição aguda em crianças menores de 5 anos e aumentando o risco de mortalidade infantil na região.

Outros exemplos incluem Sahel (Mali, Burkina Faso, Níger), onde insurgências jihadistas deslocaram 3 milhões, destruindo 20-30% das colheitas de milhete e sorgo e elevando fome em 15-20% (15 milhões afetados em 2025); na República Democrática do Congo (DRC), os conflitos em Kivu/Ituri afetam 25 milhões com insegurança (fases 4-5), com 7 milhões em IPC Catástrofe por bloqueios a ajuda; e na Etiópia há fome residual em 10 milhões de pessoas, agravada por secas. Vale lembrar que esses conflitos locais também interagem com globais (Rússia-Ucrânia), podendo aumentar ainda mais os custos de fertilizantes e combustíveis e reduzindo ainda mais a produção de alimentos nos países mais afetados.

Dentre os desafios para o enfrentamento desse cenário, estão incluídas restrições humanitárias (acesso negado em 60% das áreas críticas) e financiamento cortado (apenas 30% das necessidades em 2025), demandando pausas e corredores humanitários. A FAO e o IFAD também buscam atuar nesses cenários apoiando um conjunto de políticas, como distribuição de sementes resilientes e implementação vigilância nutricional na população para priorização de assistência alimentar, mas cessar-fogo é essencial para reverter malnutrição em massa e estabilizar sistemas agroalimentares regionais.

A Conferência Regional da FAO na África

Diante desse cenário histórico da insegurança alimentar e nutricional na África e Ásia-Pacífico, a atuação das agências internacionais (particularmente da FAO) é fundamental e as conferências regionais representam momentos importantes para reforçar compromissos nacionais e articular as ações de múltiplos atores nacionais e internacionais.

A 34ª Sessão da Conferência Regional da FAO para a África (ARC34), por exemplo, foi realizada em Nouakchott, Mauritânia, de 13 a 17 de abril de 2026, reunindo ministros e altos funcionários de todo o continente africano, especialmente aqueles com pastas relacionadas à transformação dos sistemas agroalimentares, como finanças, comércio e indústria, agricultura, pesca, pecuária, meio ambiente, ciência e tecnologia. Representantes do setor privado, da

sociedade civil, de organizações juvenis, parceiros de desenvolvimento e observadores também participarão. A ARC34 serviu como um fórum estratégico para intercâmbio de experiências, formação de parcerias e identificação de soluções inovadoras e práticas para acelerar a transformação dos sistemas agroalimentares no continente (8).

Vale lembrar que a conferência anterior, a 33ª Sessão da Conferência Regional da FAO para a África (ARC33), realizada em Rabat, Marrocos, foi concluída com uma forte declaração ministerial unânime que pedia maior apoio para construir resiliência nos países africanos contra choques climáticos, aumentar a cooperação para a Transformação Azul a fim de intensificar a aquicultura africana, reviver culturas africanas subutilizadas e promover a transformação rural inclusiva. A declaração enfatizou as preocupações com o progresso da África em relação aos Compromissos de Malabo sobre segurança alimentar e nutrição e às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os ministros renovaram seu compromisso de implementar os "quatro melhores" da FAO (melhor produção, melhor nutrição, melhor ambiente e melhor vida) e encorajaram a FAO a continuar apoiando a União Africana na formulação da estratégia e plano de ação pós-Malabo. Nesse evento, a Diretora-Geral Adjunta da FAO, Maria Helena Semedo, enfatizou a urgência de ações colaborativas e decisivas: "Temos apenas seis anos até o prazo de 2030. Para um agricultor, isto significa seis colheitas anuais. Para os ministros, são seis orçamentos governamentais ou seis planos operacionais."

A conferência de 2026 ocorre em um momento crítico para a segurança alimentar na África. De acordo com o relatório *Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2025*, a fome continuou a aumentar em todo o continente, com mais de 20% da população africana, estimada em 307 milhões de pessoas, sofrendo de fome em 2024, um aumento em relação aos anos anteriores (1). Desde 2010, a prevalência de subalimentação subiu quase cinco pontos percentuais, revertendo uma década de progresso. Se as tendências atuais persistirem, até 2030, quase 60% da população mundial cronicamente subalimentada poderá estar na África, evidenciando a urgência de ação para reverter essa trajetória. Ainda segundo o relatório, o custo médio de uma dieta saudável atingiu uma média de US$ 4,41 por pessoa por dia no continente, em termos de paridade de poder de compra, tornando a nutrição adequada inacessível para a maioria dos lares africanos.

Esses não são distúrbios transitórios, mas refletem falhas estruturais: subinvestimento crônico em infraestrutura rural, mercados fragmentados, serviços de extensão fracos e sistemas agroalimentares que permanecem altamente vulneráveis a choques externos. Conflitos, variabilidade climática e desacelerações econômicas continuam a se agravar mutuamente, e as populações mais atingidas, como pequenos agricultores, pastores, mulheres e jovens, são precisamente aquelas de quem depende a produção de alimentos do continente. Por outro lado, a África não é pobre em ativos: o continente possui cerca de 60% das terras aráveis não cultivadas do mundo e a população mais jovem de qualquer região, portanto a questão nunca foi se a África tem recursos para se alimentar, mas sim se suas instituições e prioridades de investimento estão organizadas para que isso aconteça.

Em termos de financiamento, os gastos públicos com agricultura em toda a África atingiram aproximadamente US$ 16 bilhões em 2022, mas isso continua sendo uma fração do que o setor necessita no continente. Enquanto isso, o crédito para a agricultura representa cerca de 2% do total de empréstimos bancários, um valor que mal se moveu em uma década, mesmo com o setor empregando quase metade da força de trabalho. Fechar essa lacuna exige estruturas de políticas mais fortes para compartilhamento de riscos, uso mais eficaz de finanças mistas e investimento público deliberadamente estruturado para atrair capital privado, especialmente

para as pequenas e médias empresas agroalimentares que ancoram os sistemas agroalimentares locais e criam empregos. A inovação é importante, mas somente quando alcança as pessoas que dela necessitam e a próxima onda de inovação agrícola na África deve ser desenhada em torno das realidades dos pequenos agricultores, particularmente mulheres e jovens, que produzem uma parcela substancial dos alimentos do continente, mas permanecem mal atendidos pelos sistemas de extensão, crédito e tecnologia.

Além disso, a resiliência não pode ser uma reflexão tardia. Cada investimento nos sistemas agroalimentares africanos, seja em irrigação, armazenamento, infraestrutura de mercado ou cadeias de valor, deve ser testado contra projeções climáticas e projetado para durabilidade. Isso significa priorizar a produção diversificada, o manejo sustentável da terra e instituições rurais mais fortes. A Reunião de Altos Funcionários da ARC34 estabeleceu o palco para cinco dias de discussão sobre como sustentar a transformação dos sistemas agroalimentares em todo o continente por meio de inovação, parcerias mais fortes e investimento em escala. No primeiro dia, os delegados focaram nas principais questões políticas e regulatórias que moldam o futuro dos sistemas agroalimentares na África, incluindo a implementação da Declaração de Kampala do CAADP em nível nacional, a gestão sustentável da terra, solo e água, o fortalecimento da resiliência a riscos múltiplos e o aproveitamento da biodiversidade e da bioeconomia para sistemas agroalimentares sustentáveis. Os membros também propuseram um item de agenda sobre o impacto do conflito no Oriente Médio nos sistemas agroalimentares africanos.

As discussões sobre a implementação da Declaração de Kampala do CAADP destacaram o compromisso renovado da África com uma abordagem de sistemas agroalimentares mais holística, a ser operacionalizada por meio da Estratégia e Plano de Ação do CAADP 2026-2035. O documento sublinha a escala da ambição, incluindo metas de mobilizar US$ 100 bilhões para investimento em sistemas agroalimentares, aumentar a produção agroalimentar em cerca de 45%, triplicar o comércio intra-africano e reduzir pela metade as perdas pós-colheita até 2035. Os delegados também examinaram o desafio urgente de gerenciar os recursos de terra, solo e água da África de forma mais sustentável. O documento apresentado à reunião observa que mais de 65% dos solos africanos sofrem degradação e que mais de um terço dos africanos enfrenta escassez de água. Uma sessão adicional focou em como a África pode melhor aproveitar seu capital natural por meio de um alinhamento mais estreito entre as estratégias de biodiversidade e bioeconomia. A África possui recursos biológicos excepcionais, mas captura menos de 10% do valor final gerado a partir de sua biomassa.

Em seguida à conferência regional, o Fórum Mundial da Alimentação – África reuniu partes interessadas em torno do engajamento juvenil, ciência e inovação, e investimento para a transformação dos sistemas agroalimentares no continente africano, reforçando os compromissos regionais. O Diretor-Geral da FAO, QU Dongyu, afirmou que jovens e mulheres não são apenas beneficiários da transformação, mas os motores da mudança, observando que metade da população do continente tem menos de 19 anos e que a maioria trabalha em empregos informais mal remunerados. O Diretor-Geral também observou que o financiamento do desenvolvimento para a segurança alimentar e nutrição na África aumentou apenas modestamente, permanecendo fragmentado, altamente dependente da Assistência Oficial ao Desenvolvimento e frequentemente desalinhado com as metas de longo prazo de nutrição, clima e equidade. Os gastos públicos domésticos estão crescendo para compensar essas deficiências, mas muitas vezes continuam a favorecer bens públicos de curto prazo em vez de bens de alto impacto, como irrigação e infraestrutura rural.

A Conferência Regional da FAO na Ásia e Pacífico

A 38ª Sessão da Conferência Regional da FAO para a Ásia e o Pacífico (APRC38), sediada por Brunei Darussalam, indicou os temas e áreas prioritárias regionais e locais para a FAO considerar ao preparar o Programa de Trabalho e Orçamento para o próximo biênio. O Diretor-Geral da FAO, QU Dongyu, afirmou que "devemos construir resiliência a partir de dentro, porque nenhuma ajuda externa será sustentável sem a nossa própria vontade coletiva". Ele observou que a região, lar de mais da metade da população mundial e da produção global de alimentos, fez progressos notáveis em produtividade agrícola, comércio e inovação tecnológica, mas ainda abriga mais pessoas em situação de insegurança alimentar do que qualquer outra região. “Os recursos públicos sozinhos não serão suficientes”, disse ele, instando os participantes a se engajarem no tema do financiamento e investimentos em sistemas agroalimentares, que está no centro de várias mesas-redondas de diálogo na APRC38 (9).



Um evento ministerial especial foi realizado para discutir as “vulnerabilidades estruturais distintas e persistentes” enfrentadas pelos países da região que estão particularmente isolados dos caminhos convencionais para o desenvolvimento agrícola e a segurança alimentar resiliente. Esses países, como Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), Países Menos Desenvolvidos (LDCs) e Países em Desenvolvimento sem Litoral (LLDCs), estão especialmente expostos a pressões crescentes no contexto do aumento da variabilidade climática, interrupções nas cadeias de suprimento e mudanças na dinâmica do comércio. Apesar dos desafios, o Diretor-Geral afirmou que “há fortes razões para otimismo”. Os países em situação de vulnerabilidade compartilham várias características comuns: isolamento geográfico, altos custos de transporte, exposição climática, fragilidade ambiental, espaço fiscal limitado e alta dependência de importações de alimentos, todas exacerbadas pelas tendências globais atuais.

Dois painéis ministeriais foram realizados durante o evento. O primeiro focou na transformação dos sistemas agroalimentares, com ministros do Butão, Laos, Papua-Nova Guiné e Tonga compartilhando percepções sobre suas práticas e prioridades nacionais, concentrando-se respectivamente em sustentabilidade, política e governança, setor pecuário e enfrentamento de choques climáticos e econômicos. O segundo painel focou em como o financiamento e as parcerias podem ajudar a entregar resultados impactantes em escala, com contribuições de altos funcionários do Camboja, Mongólia e Tuvalu sobre como fortalecer as cadeias de valor agroalimentares e as ligações de mercado, aumentar a prontidão para investimento e oportunidades ligadas à construção de resiliência climática.

Várias apresentações notaram a utilidade e o papel de iniciativas da FAO, como a *Hand-in-Hand Initiative*, *One Country One Priority Product*, *Blue Transformation* e *Digital Villages*, bem como a Proposta de Investimento para SIDS do Pacífico, que visa traduzir prioridades lideradas pelos países em oportunidades viáveis de investimento. Os ministros também discutiram uma

proposta da FAO para estabelecer uma rede ministerial informal focada especificamente em Países em Desenvolvimento sem Litoral na região (Afeganistão, Butão, Laos, Mongólia e Nepal).

A agenda da APRC38 incluiu o reforço do acesso a dietas acessíveis e nutritivas – que são relativamente caras em comparação com as médias globais – a aceleração de práticas agrícolas sustentáveis e de baixa emissão, a facilitação do comércio e da integração de mercado, e a mobilização de financiamento e investimento doméstico e internacional, direcionando-os para pequenos agricultores, que constituem 80% de todos os produtores agrícolas da região. Entre as mesas-redondas ministeriais, houve sessões focadas no fortalecimento de sistemas alimentares aquáticos resilientes e inclusivos, na aceleração de abordagens de bioeconomia sustentável e na aceleração de caminhos de investimento agroalimentar por meio da *Hand-in-Hand Initiative*. Esses temas estão alinhados com as áreas prioritárias de trabalho da FAO na região, que compreendem Transformação Azul, Saúde Única, acesso equitativo de pequenos produtores a recursos, agricultura digital, dietas saudáveis para todos, alimentos seguros para todos, sistemas agroalimentares adaptados e mitigadores das mudanças climáticas, biodiversidade e serviços ecossistêmicos para a alimentação e agricultura, e sistemas agroalimentares resilientes.

Foi destacado também que, embora a Ásia e o Pacífico produzam 54% da produção global agrícola e pesqueira, a região também é caracterizada por um vasto número de pequenos agricultores, que podem ser vulneráveis a choques nos mercados globais de alimentos, combustíveis e fertilizantes e extremamente vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. Para o Diretor-Geral QU Dongyu, a inovação que deixa de lado o pequeno agricultor não é inovação, mas exclusão. Isso é duplamente relevante, pois as paisagens dominadas por pequenos agricultores sob pressão enfrentam desafios como escassez e extração excessiva de água, bem como depleção de nutrientes. A degradação da terra é um risco particularmente saliente em toda a região.

Ao mesmo tempo, haverá mais 200 milhões de pessoas para alimentar na região até 2050, o que exigirá acesso distribuído a ferramentas de aumento de produtividade, que vão desde sementes melhoradas e previsão do tempo até serviços de aconselhamento digital, métodos de agricultura de precisão para economizar água no Delta do Mekong, cadeias de frio movidas a energia solar para reduzir perdas pós-colheita no Sul da Ásia e cultivo de arroz com baixo teor de metano sempre que possível. Os membros da FAO na Ásia e no Pacífico têm sido particularmente ativos em várias iniciativas da FAO que apoiam soluções lideradas e pertencentes aos países, como a Iniciativa de Aldeias Digitais, a Iniciativa Um País, Um Produto Prioritário e a Iniciativa de Cidades Verdes. Como observou o Diretor-Geral, "em toda a Ásia e o Pacífico, os países não são mais apenas receptores de soluções; são provedores de expertise, tecnologia, inovação política e modelos de financiamento".

Conclusão

A análise desenvolvida ao longo deste informe evidencia que a insegurança alimentar e nutricional na África e na Ásia-Pacífico não constitui fenômeno meramente conjuntural, mas sim o desdobramento contemporâneo de processos históricos profundamente enraizados. Esses legados estruturais, operando sob os conceitos de colonialismo alimentar e racismo alimentar, criaram bases de vulnerabilidade que persistem até o presente, manifestando-se na dependência crônica de importações de cereais, na degradação de solos que atinge mais de 65% do território africano, na escassez hídrica que afeta um terço da população africana e na dupla carga da má nutrição que assola ambas as regiões, combinando desnutrição infantil com crescimento acelerado de obesidade e doenças crônicas não-transmissíveis.

As evidências apresentadas demonstram, ainda, que essa herança colonial se agrava na atualidade pela superposição de choques exógenos de magnitude inédita, como as mudanças climáticas, os conflitos geopolíticos internacionais e os conflitos locais. Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) do Pacífico emergem como epicentro de vulnerabilidade climática, onde a elevação do nível do mar e a acidificação oceânica corroem a base produtiva e a pesca artesanal, em nações que já importam 80-90% de seus alimentos.

Diante desse diagnóstico, as Conferências Regionais da FAO emergem como espaços estratégicos de articulação multilateral, ainda que os resultados alcançados até o momento se mostrem insuficientes diante da escala dos desafios. Ambas as conferências reconheceram que o financiamento público doméstico permanece dramaticamente aquém das necessidades, e que a inovação tecnológica, para ser efetiva, não pode excluir os pequenos agricultores, mulheres e jovens que são a espinha dorsal da produção alimentar nessas regiões.

Em resposta, a transformação dos sistemas alimentares para a superação da insegurança alimentar e nutricional na África e na Ásia-Pacífico exigirá uma abordagem simultaneamente estrutural e multidimensional, com o enfrentamento dos legados coloniais por meio de políticas de reparação histórica, soberania alimentar, agroecologia e valorização de dietas tradicionais; o investimento maciço em resiliência climática, infraestrutura rural, manejo sustentável de solos e águas, e redução da dependência de importações via fortalecimento do comércio intra-regional; a regulação do avanço dos ultraprocessados e a garantia de acesso a dietas saudáveis, que permanecem inacessíveis para bilhões de pessoas; e o cumprimento das metas estabelecidas nas conferências regionais da FAO, com alinhamento dos quatro “melhores” (produção, nutrição, ambiente e vida) aos ODS, especialmente o ODS 2.

Sem essa abordagem integrada que rompa com o ciclo de vulnerabilidade herdado do passado e agravado no presente, as projeções de que quase 60% da subnutrição mundial estará concentrada na África até 2030 tornar-se-ão uma realidade incontornável, e a dupla carga da má nutrição consolidar-se-á como marca perversa do século XXI nas antigas colônias e territórios periféricos.

Referências

1. FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2025 - Addressing high food price inflation for food security and nutrition [Internet]. 2025. Available from: https://openknowledge.fao.org/items/18053f75-4c71-4a35-a0d9-1eb2fe204364

2. HPLE/CFS. HLPE-FSN Report (2025) on Building Resilient Food Systems [Internet]. 2025. Available from: https://www.fao.org/fileadmin/templates/cfs/CFS53/Plenary_documents/Inf.21_HLPE-FSN_Report/INF21_Compiled_EN.pdf

3. Buonicore AC. África: colonialismo, racismo e morte [Internet]. 2010. Available from: https://pedagogia-da-imagem.blogspot.com/2010/09/africa-colonialismo-racismo-e-morte.html

4. Almeida IHA de. Territorialidades do Nutricídio: Decolonizando o Direito à Alimentação Adequada [Internet]. 2023. Available from: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/5292/6/MONOGRAFIA_TerritorialidadesNutricidioDecolonizando.pdf

5. Acosta-Leyva P. Cabo Verde: Segurança Alimentar e Colonialismo. Rev África(s) [Internet]. 2019;6(12):303–21. Available from: https://revistas.uneb.br/africas/article/view/7927

6. Food and Agriculture Organization (FAO). Food Security and Nutrition in Small Island Developing States (SIDS) [Internet]. 2014. Available from: https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/i3927e

7. Food and Agriculture Organization (FAO). Food Security and Nutrition in SIDS - Implementing the Global Action Programme in Small Island Developing States (SIDS) [Internet]. 2019. Available from: https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/ca3834en

8. Food and Agriculture Organization (FAO). FAO Regional Conference for Africa: Director-General urges “abundance” narrative for youthful continent [Internet]. 2026. Available from: https://www.fao.org/newsroom/detail/fao-regional-conference-for-africa--director-general-urges--abundance--narrative-for-youthful-continent/en

9. Food and Agriculture Organization (FAO). FAO Regional Conference for Asia and the Pacific aims at “resilience from within” [Internet]. 2026. Available from: https://www.fao.org/newsroom/detail/fao-regional-conference-for-asia-and-the-pacific-aims-at--resilience-from-within/en